

Proteção de Dados Pessoais

Investimento C06-i06 - Ciência Mais Capacitação AVISO N.º 01/C06-i06/2024

Concurso para Projetos de IC&DT - Cooperação entre Portugal e o *European Organization for Nuclear Research (CERN)*

RE-C06-I06.M02 - REFORÇO DO FINANCIAMENTO DE PARCERIAS INTERNACIONAIS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

12 MARÇO 2024

No contexto do Concurso de Projetos de IC&DT - CERN/2023, são recolhidos dados pessoais cujo tratamento é realizado de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, em vigor desde 25 de maio de 2018 e que revogou a Diretiva 95/46/CE, de 24 de outubro de 1995, de 24 de outubro, e ainda conforme o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD.

Os dados pessoais são recolhidos exclusivamente para a finalidade de Gestão de Programas e Instrumentos de Financiamento. O tratamento de dados pessoais para esta finalidade é lícito por ser necessário ao cumprimento de obrigações jurídicas e ao exercício de funções de interesse público por parte da FCT, respetivamente nos termos do art.º 6.º, n.º 1, alíneas c) e f) do RGPD, consubstanciadas nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 3.º da sua Lei Orgânica da FCT, aprovada pelo Decreto-Lei 55/2013, de 17 de abril e no Regulamento 5/2024, de 3 de janeiro que estabelece as condições de acesso e as regras de apoio a projetos financiados exclusivamente por fundos nacionais através da FCT.

Relativamente aos avaliadores (peritos independentes e avaliadores externos, nacionais ou estrangeiros, afiliados a instituições nacionais ou estrangeiras), os tratamentos de dados a realizar são lícitos por serem necessários para a execução de um contrato no qual os titulares dos dados são parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido dos titulares dos dados nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b), do artigo 6.º, n.º 1 do RGPD.

A FCT poderá ainda proceder ao tratamento dos dados pessoais para fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos com respeito pelo princípio da minimização dos dados incluindo a anonimização ou a pseudonimização dos mesmos sempre que os fins visados possam ser atingidos por uma destas vias.

No âmbito do Concurso de Projetos de IC&DT - CERN/2024, a recolha dos dados pessoais é efetuada:

- a) Diretamente dos titulares que os fornecem através dos formulários de candidatura e das plataformas on-line disponibilizadas, concretamente, a Plataforma MyFCT, onde se encontra submetido todo o processo de candidatura, avaliação e aprovação de financiamento, num único sistema, na Plataforma CIÊNCIA ID, onde se encontra o identificador nacional para acesso aos vários serviços de ciência, na Plataforma CIÊNCIAVITAE, onde se encontram os currículos de todos os membros associados à equipa de investigação e no Portal de Ciência e Tecnologia (PCT), onde são recolhidos os dados das entidades que responsáveis pelas candidaturas e é efetuada a comunicação com os interlocutores (individuais e coletivos) da FCT, procurando, através dessa unificação, melhorar significativamente a eficiência da dinâmica processual e ainda, no caso específico das avaliações, através dos processos de recrutamento e designação dos avaliadores .
- b) Indiretamente dos titulares dos dados, por via das entidades beneficiárias que fornecem os dados pessoais relacionados com as candidaturas.

Os dados pessoais objeto de tratamento no âmbito do Concurso de Projetos de IC&DT - CERN/2023 respeitam, designadamente às seguintes:

a) Categorias de titulares de dados:

Representantes de Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objeto principal atividades de I&D, incluindo Laboratórios Colaborativos (CoLab) e Centros de Tecnologia e Inovação (CTI); Representantes de Laboratórios do Estado, Laboratórios Associados ou internacionais com sede em Portugal; Representantes de outras instituições públicas e privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de investigação científica; Representantes de Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, desde que inseridas em projetos de IC&DT liderados por entidades não empresariais do sistema de I&I; Representantes de instituições estrangeiras, como parceiras nos projetos; Representantes das instituições participantes associadas às IP; Representantes das instituições de colaboração; Investigadores responsáveis do projeto; Investigadores corresponsáveis do projeto; Membros da equipa de investigação; Coordenadores; Avaliadores (peritos independentes e avaliadores externos, nacionais ou estrangeiros, afiliados a instituições nacionais ou estrangeiras; Representantes de Instituições do ensino superior, seus institutos e unidades de I&D.

b) Categorias de dados pessoais:

Comuns:

- Identificação civil: incluindo nome completo, apelido, data de nascimento, género, número de identificação civil e/ou passaporte, e número de contribuinte;
- Informações de contato: abrangendo endereço de correio eletrónico institucional, cidade e país ou região de residência;
- Atividade Acadêmica e Profissional: detalhando situação profissional, grau de escolaridade, trajetória académica ou profissional, grau académico, títulos de cargos, identificação científica e identificação de projetos;
- Dados físicos: incluindo imagem em papel ou vídeo, se aplicável;
- Informações financeiras: abrangendo o IBAN;
- Rastreamento: especificamente ferramentas e protocolos utilizados, como endereços de IP (protocolo de internet), identificadores únicos e *logs* de segurança de acesso;
- Autenticação: mencionando credenciais de acesso (*username* e *password*) e perfis de utilizador;
- Dados de navegação: detalhando endereço IP (protocolo de internet), cookies de sessão e cookies de utilizador;

Especiais:

- Histórico de Condenações: penais e infrações, se aplicável;
- Informações de Saúde: incluindo detalhes constantes de documentos necessários para justificar a condição de elegibilidade ao tempo do projeto.

Para a prestação dos serviços associados às Plataforma MyFCT, CIÊNCIA ID, CIÊNCIAVITAE e PCT, poderão ser ainda recolhidas diferentes categorias de dados pessoais referentes a diferentes

categorias de titulares de dados, para diferentes finalidades de tratamento, nos termos definidos pelas Políticas de Privacidade aplicáveis a cada plataforma.

No âmbito do cumprimento de obrigações jurídicas relacionadas com a finalidade de Gestão de Programas e Instrumentos de Financiamento, os dados são divulgados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para as devidos atos de homologação, ao CES à ACM, I.P., para consulta relativa aos painéis de avaliadores, para análise do relatório final do projeto financiado e para divulgação dos resultados obtidos nos respetivos portais e ainda para definição, execução e avaliação das políticas públicas, no âmbito das respetivas missões. Não sendo de excluir outras entidades não mencionadas, mas que tenham legitimidade legal para proceder à solicitação, recolha e tratamento dos dados em questão.

Os dados pessoais serão transmitidos e tratados pela Comissão Europeia, com a finalidade de avaliação do cumprimento satisfatório dos marcos e metas bem como controlo sobre a legalidade e regularidade dos pagamentos, de modo a assegurar uma proteção adequada dos interesses financeiros da União Europeia, através da ferramenta FENIX. Os titulares dos dados poderão consultar a política de privacidade, acessível em https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/assets/RRF_Privacy_Statement.pdf

Os dados pessoais poderão ser tratados para identificar riscos de fraude, conflitos de interesses ou irregularidades, através da ferramenta ARACHNE disponibilizada pela Comissão Europeia. Os titulares dos dados poderão consultar o processo de tratamento e a sua finalidade em <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=325&intPageId=3587&langId=pt>, bem como podem consultar a Política de Privacidade em: <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=25704&langId=en>.

Os dados pessoais poderão ser ainda sujeitos a transferência internacional não só para países pertencentes ao Espaço Económico Europeu como, também, para países terceiros. Nesses casos, a FCT transfere os dados com as garantias adequadas e assegurando sempre a segurança dos dados, utilizando as ferramentas de transferência internacional de dados mais apropriadas para o efeito.

Para efeitos de salvaguarda dos interesses financeiros da União Europeia, os dados pessoais serão transferidos para a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, bem como para outras entidades que fazem parte do modelo de governação do Plano de Recuperação e Resiliência, para a Comissão Europeia, para organismos de auditoria, para o Tribunal de Contas, para o Tribunal de Contas Europeu e para o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), bem como divulgados em Portal Público e no Portal Mais Transparência.

A FCT assume a qualidade de responsável pelo tratamento dos dados pessoais, com sede na Avenida D. Carlos I, 126, 1249-074 Lisboa, telefone: +351 21 3924300, tendo designada uma Encarregada da Proteção de Dados Pessoais, cujo contacto deve ser efetuado diretamente para o endereço de correio eletrónico dpo@fct.pt para todas as questões relacionadas com os dados pessoais tratados para esta finalidade, mais se informando que os dados pessoais serão conservados de acordo com o que for fixado por norma legal ou regulamentar, ou, na falta desta, com o que se revele necessário para a prossecução da finalidade.

Através de qualquer um dos contactos acima indicados, e sem prejuízos dos limites previstos na lei, os titulares dos dados têm o direito de solicitar à FCT o acesso aos dados pessoais que lhe digam

respeito, à sua retificação ou ao seu apagamento, à observância da limitação do tratamento dos seus dados e à portabilidade dos dados quando tecnicamente possível. Pode ainda opor-se ao tratamento ou retirar, em qualquer momento, o consentimento previamente dado, caso tenha sido este o caso.

Sem prejuízo de envio de notificação direta à FCT, os titulares dos dados podem apresentar uma reclamação diretamente junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito.

O prazo de conservação de dados pessoais é o que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade que motivou a sua recolha e tratamento.

Os dados pessoais são conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para a finalidade para a qual são tratados, sem prejuízo, entre outros, do cumprimento de obrigações legais que imponham um determinado prazo de conservação ou do exercício de direitos e interesses legítimos da FCT.

Os dados pessoais que manifestamente não forem relevantes para a finalidade de gestão e desenvolvimento de infraestruturas digitais para as atividades de ciência, tecnologia e investigação e desenvolvimento (I&D), não são conservados, devendo ser imediata e irreversivelmente anonimizados e eliminados.

Para garantir a proteção dos dados pessoais tratados, a FCT implementou regras rigorosas e internacionalmente reconhecidas, que se aplicam a todos os indivíduos legalmente autorizados a manusear esses dados pessoais. Para o efeito, a FCT adotou medidas de segurança, de carácter técnico e organizativo, por forma a proteger os dados pessoais que são lhe disponibilizados, bem como para garantir a confidencialidade, integridade e autenticidade dos dados tratados, neste âmbito articulados com os deveres de publicação das listas de candidaturas aprovadas e não aprovadas e listas de painéis de avaliadores, que, por defeito, assegurem que os dados são localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis.

Os dados pessoais armazenados pela FCT são cifrados e anonimizados sempre que possível, e o acesso é controlado com base no princípio do privilégio mínimo.

Além disso, a FCT verifica continuamente as normas de segurança da informação para garantir não apenas uma melhoria contínua, mas também para se manter atualizada em relação às novas ameaças, implementando as contramedidas necessárias.

